

## Editorial

A variedade das perspectivas de análise, das temporalidades historiadas e dos temas tratados é a marca desta edição da *Revista Brasileira de História da Educação*. Por um lado, as interfaces entre a história e a literatura, a historiografia da educação nas ex-colônias portuguesas e as preocupações com as redes de sociabilidade e o discurso intelectual animam abordagens tão distintas quanto as das obras de Cora Coralina, Luiz Gonzaga Fleury e Tavares Bastos, do modelo de ensino angolano, do controle das práticas sobre o corpo e das políticas católicas. Por outro, as periodizações elaboradas nessas abordagens permitem-nos frequentar momentos tão diversos quanto os tempos da colonização portuguesa entre os séculos XV e XVII, os meados do século XIX, a passagem do XIX para o XX. Mesmo que predominante, a atenção ao século passado é bastante fragmentada entre seus inícios, os meados e seus estertores.

As inventivas para compreender as relações entre a obra de Cora Coralina com as questões de ensino e os processos de escolarização na passagem do século XIX para o século XX propostas por Eliane Peres e Franciele Borges abre esta edição. Trata-se de uma análise que parte das relações entre a história e a literatura para explorar as questões pessoais e sociais presentes no modo como Cora Coralina aprendeu a ler. Uma leitura cuidadosa da literatura de Cora Coralina permitiu às autoras pensar a dimensão material da aprendizagem, as experiências de discentes e docentes e os usos do método de ensino.

O largo arco de tempo em que se dá a governação portuguesa em Angola é analisado por Silvia de Oliveira sob o ponto de vista da

implantação do modelo formal de ensino. Assim, a autora debruça-se sobre a educação missionária, o ensino dos jesuítas, a reforma Pombalina, as reformas de Norton de Matos e de Vicente Ferreira e a política educativa do Estado novo para marcar os episódios de transição política mais relevantes da história da educação angolana. O objetivo é juntar pistas para uma interpretação mais conjuntural do processo de colonização na África e, desse modo, contribuir para a historiografia da educação nas antigas colônias portuguesas.

É sobre Tavares Bastos o artigo que vem em seguida. Jean Carlo de Carvalho Costa analisa, a partir de *A Província*, a concepção de instrução pública como condição à liberdade individual em Tavares Bastos. Na interface entre a história dos intelectuais e a história da educação, percebe a obra em tela ao lado de outras redescobertas críticas recentes como Joaquim Nabuco e Manuel Bomfim. A análise é fundamentalmente centrada na ideia de liberdade como categoria de compreensão do pensamento e da obra de Tavares Bastos.

As práticas da masturbação e da homossexualidade pelos pensionistas de colégios é o tema que anima o artigo de Joaquim Tavares da Conceição. Intitulado *Vícios execráveis*, mostra como as práticas da masturbação e da pederastia foram estigmatizadas e associadas à vida nos internatos. Problema de higiene e da moral, esses “vícios” da sociabilidade no interior dos colégios desse tipo mobilizaram os médicos, que se dirigindo a professores e diretores, sistematizavam estratégias de controle e vigilância escolar dos alunos e das alunas. Destaca-se da análise a compreensão de que, apesar do discurso e das práticas preventivas, prevalecia a formação de redes afetivas de comportamentos protetores como compensação à falta de relações com os familiares.

Com um texto sobre o ensino da leitura na obra de Luiz Gonzaga Fleury, Ilsa do Carmo Vieira Goulart encerra a seção de artigos. Seu estudo detém-se na produção bibliográfica de Fleury para explorar seu envolvimento com o ensino da leitura e, assim, percebe duas das suas faces. Por um lado, a discussão sobre os métodos de ensino da leitura envolve o professor e o inspetor Fleury. Por outro, os modos de aplicação e de uso dos livros de leitura em sala de aula repercute as posições de um autor atuante na produção da literatura didática. Nessa imbricação de papéis sociais e seus discursos, estão os principais aspectos que a análise de Ilsa do Carmo Vieira Goulart propõe e que resulta numa compreensão das condições da comunicação verbal bastante próxima de Bakhtin.

O dossiê desta edição reúne outros cinco artigos, agora, em torno da temática das políticas católicas. Ainda aqui e apesar das articulações que os textos promovem entre os campos da educação, da arte e da religião, há uma variedade de perspectivas “sobre a dinâmica que animou a Igreja Católica na direção de determinado projeto para a modernidade”, conforme mostram as suas organizadoras, Ana Regina Pinheiro e Agueda Bernardete Bittencourt. O conjunto, por um lado, traz abordagens que contrastam o tradicional e o moderno, atentam para os aspectos sociais e políticos que confluíram para o surgimento e a inserção do associativismo católico no movimento leigo docente, percebem as bases da proliferação de escolas católicas, exploram as relações entre arte e religião e, também, problematizam a questão dos deslocamentos de agentes religiosos em situações de missão no exterior. Por outro, esse conjunto de textos alinhava temas e hipóteses em torno das relações que a Igreja católica manteve com o Estado e a educação por meio de seus agentes e instituições. Nesse sentido, expressa, principalmente, a tenacidade com que se modificou a Igreja ao longo do tempo para conservar seu prestígio e poder.

Por fim, a resenha de Renata Cristina de Sousa Nascimento aborda o livro de Thiago Borges de Aguiar sobre a correspondência do pregador e intelectual Jan Hus entre 1404 e 1415. Trata-se de texto que percebe bem o livro *Jan Hus- cartas de um educador e seu legado imortal* como construção contemporânea de um novo olhar sobre este personagem do medievo europeu.

***Comissão Editorial da Revista Brasileira de História da Educação***